

102ª SESSÃO ORDINÁRIA 23OUT2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Convido os Líderes a se aproximarem da Mesa. (Pausa.) Quero agradecer às Lideranças a compreensão e a construção coletiva.

(14h28min.) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 23 de outubro ao dia 6 de novembro. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Rodrigo Maroni, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

Em votação Requerimento nº 179/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 132/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Conforme acordo de Líderes, suspendo a Ordem do Dia e convido o Presidente da CCJ para presidir a Reunião Conjunta das Comissões para apreciação de diversos projetos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h30min.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): (16h49min) Estão reabertos os trabalhos.

Em votação nominal, por solicitação desta presidência, o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**.

Determina o Regimento que a Subemenda seja votada na próxima Comissão.

O SR. MARIO FRAGA (Questão de Ordem): Como foram três votos de diferença, eu posso pedir renovação desta votação?

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): V. Exa. pode pedir renovação.

O SR. MARIO FRAGA: Eu solicito renovação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Faça o Requerimento por escrito, por favor, Vereador. Obrigada.

Em discussão do PLL nº 037/13.

(O Ver. Waldir Canal assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. MARIO FRAGA (Requerimento): Presidente dos trabalhos, Ver. Waldir Canal, dado o adiantado da hora e por ser um tema tão forte, eu, que tenho três filhos jovens, de 33, 29 e 23 anos, venho solicitar o adiamento da discussão deste Projeto da Ver.^a Séfora Mota por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): A solicitação do Ver. Mario Fraga... Eu consulto o Plenário, porque é uma solicitação de adiamento por uma Sessão. Esclarecendo: o projeto já foi adiado por duas Sessões e poderá ser adiado por mais três Sessões. O Requerimento do Ver. Mario Fraga é específico no sentido de adiar por mais uma Sessão. Então, voltaria à votação na quarta-feira que vem. Há um Requerimento, eu preciso colocar em votação.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, eu acho o seguinte: ou nós adiamos pelo prazo máximo que pode ter na Casa – que eu acho que são três Sessões ou alguma coisa assim, cinco Sessões...

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Só faltam mais três, Vereador.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Então, se faltam mais três, ou se adie por três Sessões, porque nós temos feriado e uma série de coisas ou, então, se vote hoje este projeto, a Ver.^a Séfora está se dedicando a isso, os empresários estão aqui pela segunda ou terceira vez, e cada vez que o projeto entra na pauta, aparecem duas ou três emendas. Ou, então, se adia por três Sessões e se faz uma audiência pública neste plenário, com todas as partes interessadas, até o Executivo, ou então se vota hoje este projeto. Não tem por que adiar por mais uma Sessão só.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Vereador, quero só fazer um esclarecimento: existe um Requerimento que precede, que é por uma Sessão. Eu consulto o Plenário se o Vereador abre mão desse Requerimento. (Pausa.) Ele não abre mão, então, a saída é derrotar o Requerimento e fazer um novo Requerimento, ou aceitá-lo.

A SRA. SÉFORA MOTA: Presidente, por favor, nitidamente há alguns Vereadores que estão legislando em prol de um sindicato; eu estou legislando em prol de uma maioria, eu estou defendendo vidas! E se esse Vereador não teve a capacidade de participar, ontem, de uma audiência pública, para a qual foram convidados todos os Vereadores, não se justifica mais adiamento de projeto nenhum! Ou se vota, ou se retira o projeto, porque é isso o que o Vereador está querendo fazer. Agora, Vereador, se V. Exa. está dentro do bolso de alguém, eu não estou! Eu estou com a razão! Eu quero votar o meu projeto. Eu não abro mão de votar. Tudo já foi feito, todas as emendas já foram feitas. Tem um monte de empresários aqui, que já estão começando a entender, inclusive, tem um sindicato que se nega a entender tudo o que há por trás do projeto. Eu não concordo com isso, porque nitidamente Vereadores estão caindo em lóbi de sindicato. Isso é inaceitável! É por isso que a política é esta parafernália, totalmente inaceitável, totalmente desacreditada, porque um Vereador que faz isso aqui não merece o meu respeito, e torce contra o meu

projeto. Eu quero votar este projeto, porque de falatório, nesta Casa, já estamos cansados; aqui, é só discussão inútil, e o povo continua sem os projetos que precisam ser aprovados. Eu não concordo com a renovação.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Está registrado. Não vou mais conceder apartes.

O SR. MARIO MANFRO: Só um esclarecimento. Se todos vão encaminhar pelo microfone de apartes, eu também me inscrevo, porque está havendo encaminhamentos aqui do microfone de apartes. Acho que só tem um caminho: votar o Requerimento do Ver. Mario Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Exatamente. Eu vou colocar em votação.

O SR. MARIO FRAGA: É que o meu nome foi citado. Quero lembrar à Ver.^a Sefora que, ontem, às 16 horas, eu estava junto com ela na audiência presidida pela Ver.^a Fernanda Melchionna. Eu estava lá, sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Vereadores, foi feito um Requerimento, e o Requerimento será votado. O Ver. Mario Manfro reclamou que a Ver.^a Sefora fez encaminhamento, e que tem que abrir para os outros Vereadores. Regimentalmente, cabe encaminhamento do Requerimento, um por bancada, e o autor. Consulto se V. Exas. querem encaminhar o Requerimento ou querem votar o Requerimento. (Pausa.)

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento, de autoria do Ver. Mario Fraga, que solicita adiamento da discussão do PLL nº 037/13, por uma Sessão. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 4 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

Em discussão o PLL nº 037/13. (Pausa.) O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. MARIO FRAGA: Prezado Vereador-Presidente, Dr. Thiago; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público nas galerias; público que nos assiste pela TVCâmara, o projeto, que é bem-vindo a esta Casa, é importante para a nossa sociedade, importante para quem trabalha à noite, nas casas noturnas. Naquele momento em que pedi o adiamento, talvez a autora não tenha me entendido, porque eu escutei diversos argumentos, e, para quem está nos assistindo aqui pela primeira vez, eu sou um Vereador bem consciente, bem tranquilo para votar, tanto que até este momento eu não decidi o meu voto ainda. Eu não falei para ninguém se eu vou votar sim ou não – para nenhuma pessoa eu falei –, porque eu tenho bastante dúvida. Como eu falei no meu encaminhamento, eu também tenho três filhos que frequentam casas noturnas, assim como eu também, esporadicamente. Mas venho à tribuna para dar os parabéns para a Ver.^a Séfora Mota, que trouxe este projeto para Casa, e agora eu vou escutar os nobres Pares, porque eu pensei que a maioria, assim como eu, ainda tivesse dúvida; mas, pelo jeito, a maioria já está decidida. Agora ninguém me falou como vai votar e eu não perguntei, nem para o meu amigo Ver. Brasinha! Todos estamos preocupados com a noite de Porto Alegre. Então, eu vou escutar os argumentos para decidir o meu voto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Séfora Mota está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

A SRA. SÉFORA MOTA: Boa-tarde a todos. Obrigada por estarem aqui até este horário. Primeiramente, eu quero pedir desculpas, porque realmente me excedi. Nesta Casa, por diversas vezes, eu vi plenário lotado e quórum sendo derrubado; nesta Casa, por diversas manobras, eu vejo projetos de lei serem adiados, adiados e adiados. Eu vim aqui para ser Vereadora, eu vim para legislar para uma maioria, eu vou fazer a minha parte, e espero que vocês continuem fazendo a sua. Mas eu vou fazer e se eu estou aqui, vou votar; se eu estou aqui, eu vou discutir, e se eu acredito, eu vou defender. Isso é um direito meu, e muito mais do que um direito, é uma obrigação. Obrigação com a verdade, obrigação com as pessoas que me elegeram, porque eu não sou uma política como esses políticos que as pessoas apontam na rua, e não serei, porque eu saio desta Casa da mesma maneira que entrei: de cabeça erguida, dando orgulho para a minha família, coisa que eu sempre

dei. Sou assim e assumo assim, sou feliz do jeito que eu sou, exijo respeito, eu falo uma coisa só: eu não preciso de assinatura, eu não preciso de papel, se eu falei está falado e a palavra, para mim, ainda vale mais do que qualquer assinatura. Eu acredito neste projeto, e não sei por que tanta discussão deste sindicato sobre o projeto, que se recusa a entender que este projeto não é para bar, não é para restaurante, é para casas noturnas, danceterias, boates, baladas, onde vão os jovens. Existe a legislação que diz que é um jovem por metro quadrado, vamos fazer aqui um metro quadrado e ver quantos de nós cabem dentro de um metro quadrado. E aí o empresário da noite não vai deixar de lotar a sua casa e de ter o seu lucro? Mentira! Vai lotar, sim, põe a mão no fogo pelas casas que tem? E quem colocou a mão no fogo pela Kiss? Deve ter queimado, será que morreu? Morreram 242 jovens, deixando as mães sofrendo até hoje. Eu tenho filhos, eu tenho responsabilidade. O projeto é claro, o projeto é para segurança, tanto dos empresários, mas principalmente para nós, porque eu também frequento a vida noturna, eu não só trabalho; pelo contrário, quem me conhece me vê, várias vezes, pela Cidade Baixa, porque eu sou frequentadora assídua da Cidade Baixa. Eu sou Vereadora, mas eu tenho o meu momento de lazer, e eu não abro mão de ser eu mesma, nunca, jamais. Mas eu exijo respeito e nesta Casa eu fui desrespeitada pelo sindicato. O sindicato, simplesmente, quer trocar de papel? Então, venha aqui e faça a lei. No total, se não me engano, foram oito emendas. A minha Emenda prevê que casas noturnas e casas de espetáculos, com capacidade acima de 250 pessoas. Eu ouvi até um pedido que falava para eu fazer uma emenda para 4 mil pessoas. Quantas casas têm 4 mil pessoas? E aí o sindicato pressiona, e os Vereadores aceitando lóbi, e aqui não é Casa de lóbi, aqui é lugar de gente séria, de gente que tem que honrar onde está, porque nós defendemos o povo, a população, a segurança, e é nosso dever, sim, debater aqui, dentro desta Casa, qualquer coisa que for para benefício de uma maioria, e aqui é o que vou defender.

Voltando ao projeto, fiz a primeira emenda para casas noturnas acima de 250 pessoas. Fiz outra emenda para casas noturnas, danceterias. Fiz a terceira emenda e assim sucessivamente. Agora, para finalizar tudo, fizemos uma emenda conjunta, depois de uma audiência pública que foi solicitada em uma reunião da qual eu não faço parte, porque não sou Líder do meu Partido, mas o sindicato faz parte, porque o sindicato tem vez e voz aqui dentro! Mas e o carroceiro, que vem aqui reivindicar os seus direitos, reivindicar, porque ele não tem mais a carroça para trabalhar, e aí, ele entra aqui? E as

peças que precisam ocupar esta Câmara são punidas e tratadas como marginais, assim como eu que estou defendendo o direito de uma maioria, por segurança, por vida? Não é questão financeira! Este projeto não onera, já foi consultado, e as Secretarias da Fazenda do Município e do Estado são favoráveis, o Procon é favorável, o Secretário da SMIC é favorável, o Governo é favorável. E todas as emendas, meus queridos empresários, que agora vocês começaram a entender, não entra restaurante, não entra bar, é para casas noturnas, aonde vão jovens, e superlotam. Esse é um debate que já está sendo feito na Câmara Federal, já o fizemos na rua com os frequentadores. Eu não sei por que adiar mais essa votação. Quem é e foi contra até agora vai continuar sendo contra, como o sindicato que se nega a entender o real motivo. Eu sei das dificuldades de vocês para conseguirem um alvará, que todos estão enquadrados como casa noturna, porque eu acho um absurdo uma lancheria ser tratada como casa noturna!

Eu me coloco à disposição de todos, e esta Casa também, para auxiliar, mas o projeto tem que ser debatido por nós, Vereadores, e temos que pensar pela maioria. Também peço que se rejeite uma emenda feita, que é um deboche! Eu fiz uma emenda que diz: casa noturna acima de 250; e foi feita uma emenda que coloca acima de mil pessoas. Isso é um deboche! Quem votar favorável à emenda não precisa do projeto, porque são pouquíssimas casas! Lá na Kiss era uma casa para 600 pessoas, morreram 242 jovens. Então têm muitas famílias sentindo falta! Eu peço a compreensão de vocês para aprovarem o projeto e rejeitarem a emenda do Ver. Nereu D'Avila. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero trazer a mensagem de que esta Casa é aberta a todos, inclusive aos assessores que têm participado das reuniões. Nós vamos ter que começar a rever isso.

Aprego a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 037/13.

Aprego a Emenda nº 08, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, do Ver. Pedro Ruas e diversos outros Vereadores, ao PLL nº 037/13.

Aprego a Emenda nº 09, de autoria do Ver. Pedro Ruas, da Ver.^a Fernanda Melchionna e de diversos outros Vereadores, ao PLL nº 037/13.

Aprego Requerimento, de autoria da Ver.^a Séfora Mota, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLL nº 037/13.

Aprego Requerimento, de autoria do Ver. Nereu D'Avila, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLL nº 037/13.

Aprego Requerimento, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLL nº 037/13.

Aprego Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 08 e 09 ao PLL nº 037/13.

Quero destacar que o art. 171, do nosso Regimento, diz (Lê.): “A discussão poderá ser adiada, a requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, por, no máximo, cinco sessões ordinárias consecutivas. § 1º. O adiamento da discussão poderá ser requerido uma única vez por sessão.” O que já foi feito e já foi negado.

Quero destacar também que, de acordo com o art. 173, § 5º, do nosso Regimento. (Lê): “Encerrada a discussão, não caberá: a) retirada da proposição principal, de substitutivo e de emendas; b) apresentação de emenda; c) apresentação de Requerimentos de votação em destaque e de retirada de pedido de tramitação em regime de urgência.” Então, nada disso poderá ser feito após encerrada a discussão.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhores que estão nas galerias, “Sra. Professorona”, eu quero votar o mais rápido possível. A senhora pode ter certeza de que eu sou um dos que querem votar muito mais rápido, mas eu quero também ter a oportunidade, porque eu vim aqui, nesta tribuna, umas três ou quatro vezes defender o projeto da Ver.^a Séfora Mota. E eu fui recebido realmente pelo sindicato, com o qual eu tenho um bom trânsito, Ver.^a Séfora, porque isso é costume do cidadão, quando o projeto pode atingi-lo. Então, eu fui recebido e falei claramente. O

Jesus sabe que eu sou simpático ao projeto da Ver.^a Séfora Mota. Falei e volto a dizer. E eu que tenho, Ver. Mario Manfro e Ver. Reginaldo Pujol, uma grande experiência junto ao pessoal dos bares e restaurantes porque nós ficamos por cinco anos debatendo o assunto dos bares, das mesas nas calçadas, Ver. Eng^o Comassetto. O senhor lembra que foi tão debatido que até eu critiquei a Ver.^a Sofia Cavedon, que votou contra, na época, também? Disse que votou contra o comércio na época, e, estranhamente, quando o Ver. Valter Nagelstein estava fazendo um decreto, estava fazendo reuniões para alterar o horário dos bares, eu ainda critiquei que ela estava participando, e aí ela estava a favor. A Ver.^a Fernanda Melchionna e o Pedro Ruas ajudaram-nos desde o começo a construir esse projeto.

Também quero defender o Ver. Mario Fraga. É um direito que o Vereador tem de pedir adiamento do projeto, de qualquer projeto aqui. Pode ser o projeto mais graduado aqui, é o direito de cidadão, do Vereador, de chegar lá e pedir o adiamento do projeto. Eu quero dizer isso para o Ver. Mario Fraga, que é meu colega de muito tempo, trabalhamos juntos, e ajudou muito na construção do projeto dos bares.

Quero dizer que, realmente, eu sempre busquei o equilíbrio, junto com os empresários, pequenos e médios. E eu sempre costumo dizer que eu gosto de defender o pequeno empresário do Rio Grande; pode ficar grande, desde que seja do Rio Grande. Isso eu sempre defendo, professora, porque eu sei o quanto é difícil ser um pequeno empresário, sei o quanto é difícil dar emprego para o cidadão, sei o quanto custa uma lei social para dar um emprego para o cidadão. Os senhores, que estão sentados na arquibancada, que são pessoas que trabalham, que exercem a sua profissão com honra, com dignidade, eu vou defender sempre.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alceu Brasinha, apenas porque V. Exa. quer fazer rápido, deixou um pouco confuso a favor do que e contra o que eu votei. Então, só para as pessoas que estão...

O SR. ALCEU BRASINHA: Eu sou estou esclarecendo. Vereadora, a senhora não vai querer me confundir.

A Sra. Sofia Cavedon: Não, eu não o estou confundindo.

O SR. ALCEU BRASINHA: A senhora tentou confundir o cidadão antes, e não confundiu. Eu, a senhora não vai confundir. Eu fui bem claro: eu vim várias vezes a esta tribuna...

A Sra. Sofia Cavedon: A que eu votei a favor?

O SR. ALCEU BRASINHA: ...defender o projeto da Ver.^a Séfora Mota. Volto a dizer para a senhora: eu, ontem mesmo, falei que defendia o projeto da Ver.^a Séfora Mota. Sou simpático ao projeto dela, mas, ao mesmo tempo, eu penso no cidadão que tem uma empresa, porque, se fosse fácil ser empresário, todo mundo seria. Fácil é estar aqui, difícil é estar lá fora! É difícil manter um emprego lá fora! É muito difícil! (Palmas.)

A Sra. Sofia Cavedon: Muito bem, Brasinha. Apenas, então, quero deixar claro que eu votei contra estender o horário – da meia-noite para as 2h da manhã – de funcionamento dos bares com mesas na calçada na Cidade Baixa; e, depois, me manifestei, me mobilizei contra a retirada da música ao vivo. Só para ficar clara a sua manifestação, porque eu defendo a música ao vivo dentro dos tempos de equilíbrio entre moradores e bares.

O SR. ALCEU BRASINHA: Obrigado, Vereadora, mas não me convenceu. Tudo bem. Eu quero voltar a dizer que eu sou favorável ao projeto da Ver.^a Séfora Mota! Votarei com a Vereadora, por um detalhe – pedindo desculpas aos senhores que estão aí: sei o quanto é difícil, sei claramente, porque também sou um pequeno empresário, mato dois leões por dia e deixo dois leões para o outro dia. Então, eu quero dizer aos senhores: para o bem da Cidade, para o bem do porto-alegrense e do Rio Grande eu vou votar favoravelmente ao projeto da Ver.^a Séfora Mota. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

A SRA. ANY ORTIZ: Senhoras e senhores, eu venho aqui me manifestar a respeito do PLL nº 037/13, de autoria da Ver.^a Séfora. Eu vou repetir aqui neste plenário o que eu já

disse ontem na nossa audiência pública. Assim como o Ver. Mario, eu também refleti muito.

Séfora, não são todos os Vereadores desta Casa que conversaram com o sindicato, que têm algum tipo de contato com o sindicato ou que fazem lóbi com o sindicato. Eu acho que cada um foi eleito e representa um grupo de pessoas. E acho que essa reflexão tem que ser interna. Eu pensei muito todos esses dias, até há pouco eu estava refletindo se é importante votar “sim” ou “não” ao projeto da Ver.^a Séfora. O que eu quero dizer a vocês a respeito deste projeto é que, se ele visa a resolver uma questão apenas de segurança, não resolverá apenas isso; ele é muito maior, porque o projeto trata de uma questão do consumidor.

Na questão da segurança, Séfora, não importa se a pessoa terá cartão pré-pago ou pós-pago: se a casa não for adequada, não vai funcionar. Se a gente não tiver uma fiscalização... E não só uma fiscalização punitiva, porque, muitas vezes, a fiscalização vai lá, aplica a multa, baixa a porta, vai correndo multa, e não consegue orientar nem mesmo as casas nem os consumidores. Eu me incluo nesse grupo e venho fazer um apelo para que seja feita uma campanha esclarecedora do que têm que ter as casas. Se eu quero sair, se eu quero ir a uma festa... E eu já fui a muitas festas aqui em Porto Alegre que eram no subsolo, no subsolo de um posto de gasolina – não vou dizer o nome para não comprometer ninguém, mas era uma casa noturna. Era uma festa, e ia muita gente. Graças a Deus, já fechou. Como é que o consumidor, uma pessoa com 15, 16 anos vai fazer um juízo de valor e avaliar, se ela não tem informação, se não consegue parar e pensar que não pode entrar naquela casa porque estará entrando, praticamente, numa câmara de gás?

E não é na questão de Santa Maria, Séfora, que estou baseando o meu voto. Não é assim: Santa Maria, proibir ou não, porque lá, a maioria daqueles jovens morreu dentro do banheiro, e não porque os seguranças os barraram na porta. Eles correram para o lado errado, porque, no banheiro, ainda tinha ficado uma sinalização de uma antiga saída de emergência. E aquelas crianças, praticamente, que tinham 16, 17, 18 anos, correram para o lado errado.

Então, quero deixar aqui um apelo para que sejam feitas campanhas de orientação.

Também quero reforçar o que nos trouxe ontem a Diretora do Procon, a Flávia do Canto: que as comandas pós-pagas trazem muitos problemas e muitas reclamações no Procon de Porto Alegre a respeito de inúmeras situações que são trazidas pelos consumidores. Também, Brasinha, concordo contigo. Fui empresária durante muitos anos. É muito difícil ser empresária no nosso País. A gente também tem que olhar para os empresários e apoiar o pequeno e médio empresário. Quando a gente apoia, muitas vezes, o médio empresário, ou o pequeno empresário, ou o empresário de qualquer ordem, não significa que estamos aqui legislando para o sindicato dos empresários ou está sofrendo lóbi ou alguma pressão do empresário porque ele pode futuramente fazer um financiamento. Eu fico muito ofendida, Sefora, quando tu falas isso de uma maneira geral, porque, eu, em momento algum – e estou falando por mim –, fui procurada por qualquer um dos senhores que está aqui sentado nas galerias hoje. Eu estou votando e vou votar de acordo com o que eu acredito, deixando aqui muito claras essas ressalvas: é muito mais uma questão de consumidor do que uma questão de segurança, porque apenas uma comanda não vai resolver, não vai solucionar os problemas de segurança que há nas casas noturnas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Emenda nº 10, de autoria da Ver.^a Luiza Neves, ao PLL nº 037/13.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem, nunca, em quase cinco anos aqui dentro da Câmara de Vereadores, na minha vida privada e na minha vida pública, me senti tão humilhado quanto me senti hoje. Não vou discutir mérito de projeto. Eu apresentei vários projetos aqui; alguns passaram, alguns foram rejeitados, e eu jamais me dirigi a algum colega, Ver. Pujol, acusando-o de fazer lóbi. Eu acho que o direito – isso se chama democracia – de votar “sim” ou “não” é de cada um de nós. Por isso, Pujol, eu tenho um partido, que se chama PSD, que me dá total liberdade para fazer isso; eu sou Líder do meu partido, a

minha bancada é o Tarciso e eu voto de acordo com aquilo que eu acho certo. Posso um dia errar na minha vida.

Ontem, eu não compareci porque estava na CPI. Então, é importante que o Vereador ou a Vereadora, quando apontar nomes, não julgue os 36 Vereadores. Isso fica horrível. Para mim, fica horrível. Porque todos aqui me conhecem, eu conheço vários empresários da noite, vários donos de bares. Minha vida sempre foi pública, fui jogador de futebol, eu convivi com isso; hoje não convivo mais. Então, eu jamais vou deixar de passar ali e cumprimentar amigos com quem convivi porque está sendo votado um projeto que interessa a eles. Agora, se eu vou votar “sim” ou “não”, Ver. Mario Manfro, aí é o Tarciso Vereador. Eu acho que ninguém tem nada com isso, eu acho que tem que vir aqui, discutir e mostrar que o projeto é bom, para que possamos votar, sim.

O Sr. Mario Manfro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, até por uma questão de acelerar o processo. Eu ia me inscrever para discutir a matéria, mas vou aproveitar a gentileza do amigo. Também me senti ofendido, Ver. Tarciso, porque a metralhadora giratória saiu atirando e deu a impressão, pelo menos, de que quem não concorda com o projeto sofreu lóbi ou tem alguns outros compromissos. A primeira coisa que eu disse para a Ver.^a Séfora Mota hoje, quando cheguei ao plenário, e ela me perguntou como é que eu iria votar, e eu disse que iria votar contra o projeto, com todo o respeito, mas não acho que ele resolva qualquer problema de segurança. Fui transparente e quero registrar que também me senti ofendido quando ela disse que os Vereadores estavam sofrendo lóbi. Não, eu tenho convicções, e dentro dessas convicções é que eu me manifesto. Obrigado.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Eu tive uma preocupação tão grande com o projeto. Eu falei com o Ver. Nereu D’Avila para fazer uma emenda para que possamos votar “sim” a esse Projeto, porque Porto Alegre precisa, Porto Alegre merece ter casas maravilhosas. Nós vamos ter aí a Copa do Mundo, e, depois, da Copa do Mundo, a Olimpíada, eventos. Porto Alegre merece. Esta capital tão maravilhosa merece, merece casas noturnas lindas. Jamais, gente, vou fazer lóbi com alguém. Jamais na minha vida! Graças a Deus nunca precisei disso. Quando eu precisava fazer, eu corria, eu lutava, eu chorava para ser campeão do mundo. (Palmas.)

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Tarciso, V. Exa. sabe que eu não sou muito apaixonado por emenda. Eu sempre falo que emenda, para mim, não passa de puxadinho, de gambiarra. Então, eu acho que a Ver.^a Séfora Mota, de repente, poderia buscar um acordo com uma emenda só, porque o Projeto vai ficar muito mais sólido, mais inteligente, buscando uma Emenda que ela ache certo para aprovar o Projeto. Porque muitas emendas deixam o cidadão confuso. Eu estava olhando, são tantas emendas, que é um absurdo! Eu costumo dizer que é gambiarra, e de gambiarra eu não gosto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Ver. Paulinho. Seria muito deselegante não dar um tempo para a Ver.^a Séfora, mas antes eu acho que, na vida, a gente tem que ter muito cuidado quando profere palavras, porque as palavras vão ao vento e caminham. Quando a gente colocar marca, que coloquemos a marca bem direitinho, porque são 36 Vereadores com a melhor intenção. O seu projeto é bom, mas eu acho que não precisa essa metralhadora vir e me pegar lá dentro de casa, tranquilo, quietinho, é triste.

A Sra. Séfora Mota: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiramente, o meu manifesto é porque realmente a gente vê aqui, várias vezes, se derrubar quórum. Eu acho que foi bem discutido, o projeto está completamente emendado. Quando eu falo de lóbi, é porque simplesmente temos um leilão de emendas aqui. Uns me pedem: “Vereadora, eu fiz uma emenda para casas noturnas, danceterias e casas de show acima de 250 pessoas”. Já fizeram uma emenda de mil pessoas; já fizeram uma emenda de 600 e agora fizeram uma emenda de 800. Eu não estou vendo, desta Casa, apesar de ter vários Vereadores... e, quando digo isto, eu não estou me relacionando a todos, porque cada um sabe onde o calo aperta, cada um de nós sabemos o que se passa. Eu não tenho motivo para ficar ofendida por nada do que se fale aqui, porque o que se fala se fala de forma geral. Agora, por essa questão das emendas é que a gente está fazendo um leilão aqui. Infelizmente, Vereador – e lhe peço bom-senso –,

pág. 14

hoje é comigo; amanhã pode ser com o senhor. Um sindicato não pode pautar uma Câmara de Vereadores. Pode reivindicar. Todas as primeiras emendas, que deixaram bem claro os projetos, fui eu que fiz, com a maior boa vontade.

Então, a boa vontade que falta é deles, e querer pautar o Vereador para que faça um projeto de lei... A gente recebe o projeto de lei pronto e põe para votação? Então, é o que quero discutir com os colegas! Só quero bom-senso de todos! Quem é contra vai votar contra e vai continuar sendo contra. O Ver. Mario Manfro me disse que era contra, a Ver.^a Any tem o posicionamento dela. Primeiro, não estou discutindo combate a incêndio, mas estou discutindo segurança, sim, porque qualquer atitude que se olha para segurança, para proteção de vidas, vale a pena ser debatida, e esta Casa é o lugar para isso. Então, continuo pedindo aos Vereadores bom-senso. Hoje, sou eu; amanhã, vai ser qualquer um. Nós não podemos nos pautar dessa maneira, nós não podemos fazer tantas concessões dessa maneira a ponto de desmerecer o nosso trabalho e o nosso comprometimento. Obrigada, Vereador.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Presidente, quando fico ali na minha cadeira – às vezes, venho aqui perto da Mesa –, estou bem atento ouvindo a discussão de cada Vereador e converso com a minha assessoria. Tenho quatro perfis no Facebook, quase 18 mil pessoas, e às vezes coloco alguma coisa para sentir ao povo, o que o povo está querendo. Então, procuro ouvir bem os projetos para ter a chance mínima de errar, mas, na vida, muitas vezes a gente erra. A única coisa que eu não vou errar, na minha vida, será que eu jamais, quando um projeto meu não passar nesta Câmara, for rejeitado, podem ter certeza, jamais vou dizer que vocês estão fazendo lóbi. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Luiza Neves, que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 10, ao PLL nº 037/13.
Apregoo a Emenda nº 11, de autoria da Ver.^a Luiza Neves, ao PLL nº 037/13.
Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Luiza Neves, solicitando seja votada em destaque a Emenda nº 11, ao PLL nº 037/13.

Quero dizer que esta Câmara se associa às outras entidades que estão em alerta às condições climáticas de hoje à noite; quinta-feira, dia 24, e sábado, dia 26. A Cidade e a Região Metropolitana estão em alerta, e da mesma forma estamos todos nós. A Cidade já está às escuras às 16h38min.

A Ver. Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoas que nos assistem neste plenário e pela TVCâmara – especialmente os empresários –, enfim, a todos que nos honram com sua presença, eu faço política há muito tempo, acho de desde meus cinco anos, pela mão de um grande mestre, Pedro Américo Leal. Aprendi com ele que a política é feita de entusiasmo por causas e pessoas. Então, venho a esta tribuna, primeiro, para justificar a fala da Ver.^a Séfora: ela, num entusiasmo, abriu o coração. Tenho certeza de que foi de uma maneira extremamente solidária, pensando no futuro, nos jovens, na prevenção – foi somente por isso. Ela é uma pessoa entusiasmada, faz política por convicção, temos que entender isso.

Também quero dizer que a política é feita de lealdade e de convicções. Cada um de nós aqui tem siglas partidárias, ideologias políticas, convive neste plenário com harmonia, com respeito, faz parte de Comissões. Um exemplo é a minha Comissão, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, que tenho a honra que seja presidida pela Vereadora do PSOL, Fernanda. Nós, naquela Comissão, cada um com seu partido, discutimos, debatemos e nos respeitamos, sempre pensando no bem comum. Isso é importante registrar aqui.

Também quero contar, Ver.^a Any, nesta tribuna, que fui empresária durante 15 anos e sei muito bem das dificuldades do empresário. Eu até ousou dizer que, no Brasil, para ser empresário, para atuar, tem que ser um herói porque ele lida com as leis trabalhistas, com a imensa carga tributária, com a burocracia. Então, entendo muito bem por que os senhores e senhoras passam, a sua preocupação, mas nós estamos aqui neste momento com um compromisso: fazer leis. De nada adiantam as leis se não forem aplicadas em benefício da população. Em alguns casos, evitem consequências trágicas. A segurança tem que ser preventiva sempre. Nosso único objetivo, neste momento, é evitar que desgraças aconteçam. Eu também tenho filhos, eu tenho sobrinhos, eu não sou uma

frequentadora da noite – já fui –, mas conheço pessoas que ficaram uma hora e meia retidas em casas noturnas porque perderam a comanda, não tiveram condições de se explicar, de sair, sequer de ver justificado que ali tinham gasto determinado valor. Então isso é comum acontecer. O que nós queremos é chegar a uma sintonia: tanto segurança para aqueles que frequentam as suas casas, que queremos que continuem, como também que os senhores e senhoras empresários não tenham prejuízos.

O projeto da Ver.^a Séfora Mota contempla três modalidades de pagamento. Eu li, eu estudei o projeto, e quero dizer mais, eu estudei profundamente este projeto com meu acompanhamento jurídico: ele não prejudicará em nada os senhores. Creiam: nós estamos nesta Casa para duas coisas...

A Sra. Any Ortiz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada, Vereadora. Só quero fazer um aparte com relação a quando você coloca que essas pessoas ficaram retidas na casa por uma hora ou uma hora e meia porque não conseguiam explicar o gasto da comanda, é por isso que justifico a questão do consumidor como muito importante, e sendo muito importante o que a Flávia, Diretora do Procon, nos trouxe ontem em relação ao benefício da lei que a Ver.^a Séfora está querendo aprovar hoje nesta Casa. Tem a questão da segurança, mas a questão da segurança, no meu ponto de vista, fica em segundo plano diante dessa questão do consumidor. Só queria fazer este aparte. Muito obrigada.

A SRA. MÔNICA LEAL: Eu aceito seu aparte, mas não concordo. A segurança é preventiva. De muitas coisas se necessita para oferecer essa segurança, mas a comanda oferece risco, nós sabemos disso. Gostaria, mais uma vez... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Mônica Leal prossegue a discussão do PLL nº 037/13, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

A SRA. MÔNICA LEAL: É muito importante, tanto para os Vereadores e Vereadoras que atuam nesta Casa como para os senhores e senhoras que estão aqui nos honrando com sua presença, que entendam que o desabafo da Ver.^a Séfora Mota nada mais é do que

fazer política por convicção, por entusiasmo, e jamais querer prejudicar alguém, e, sim, fazer leis com o intuito de prevenir desgraças como nós já assistimos em Santa Maria. Eu faço um depoimento aqui. Eu tenho familiares em Santa Maria. A família inteira do meu genro, casado com a minha filha, é de Santa Maria, e os senhores não têm ideia do horror que foi ver ao vivo aquelas cenas em que pessoas, jovens, ficaram enjaulados. Eles foram impedidos de saírem daquele estabelecimento, em um primeiro momento, porque eles não tinham a comanda, e os seguranças que lá estavam não tinham também preparo para entender o que estava ocorrendo, ou porque não viram. Então, nós, mulheres, mães, que geramos vida, nos compete, sim, trabalhar para proteger essas vidas, seja da forma que estiver ao nosso alcance, sempre priorizando a segurança dessas pessoas. Era só isso. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero dizer que estamos nos somando também à EPTC, Guarda Municipal, Defesa Civil, FASC e a diversas Secretarias do Município que integrarão uma força-tarefa no sentido de nos prepararmos para essas mudanças climáticas.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários desta Casa, público que nos assiste aqui nesta Casa do Povo, público que nos assiste através da TVCâmara, ontem, participei da audiência feita aqui nesta Casa, comandada, e muito bem comandada, pela colega Fernanda, e, nesse momento vimos democraticamente a participação de todos os lados, utilizando seus argumentos.

Eu, quando era Delegado, sempre coloquei como pauta ouvir as pessoas e também o contraditório. Eu acho interessante e é boa a intenção da Ver.^a Sefora Mota, respeito e já havia conversado com ela sobre o seu projeto. Só acho – e acredito no que a Mônica falou – também, Sefora, que outros Vereadores aqui fazem política por convicção.

Houve um momento aqui nesta Casa em que o Bloco de Lutas estava aqui dentro e mesmo dizendo que eu não os representava, eu sentei e negocieei com todos eles.

Sindicatos de trabalhadores vêm aqui, e eu sou um que tento negociar, e está aí, eu estou presente em todas as Bancadas. Eu não levo aqui como situação e oposição, até porque eu acho que o meu mandato já passou dos 6.556 colaboradores que confiaram em mim. Eu acho que eu devo, hoje, satisfação e represento – mesmo que alguns digam que eu não – toda Porto Alegre.

Eu não admito... e gostaria que fossem nomeados os Vereadores que estão aqui para trabalhar em cima de lóbis.

Em muitas situações converso até nos corredores. Agora mesmo, eu tenho um projeto aqui, e, dia desses, veio um senhor representante da outra parte – e eu ouvi todas as partes – direto de São Paulo para conversar comigo. E veio com medo, porque o projeto era meu, que eu não fizesse uma discussão com ele. E fiz, porque eu acho que aqui nós temos que abrir diálogos. Eu acho que aqui nós temos que ouvir partes. E eu respeito muito, mas um dia, aqui, eu disse que eu não funciono a cabresto, eu não voto a cabresto! Eu tenho partido, eu tenho um Prefeito, mas em certas situações, em muitas situações, eu e a Ver.^a Séfora votamos até contra a gestão em alguns projetos da Prefeitura! Nós não precisamos votar a cabresto! E este é mais um fato que eu não voto a cabresto! Eu acho que tem que ser ouvido, eu acho que nós temos que ouvir, sim! E quando o Brasinha diz que não gosta de gambiarras, eu acho que nós temos que ouvir emendas, sim, sobre o projeto e temos que ouvir sobre as emendas, sim!

E digo mais, eu não recebi um tostão, e não vou pedir um tostão, eu não trabalho com lóbi de nenhum empresário que está aqui, e conheço vários, sou amigo de vários. Ver. ^a Séfora, na grande maioria das vezes, eu frequento o boteco das vilas nas quais eu ando, vila por vila, boteco por boteco, boteco da Vila Cruzeiro, onde está a maioria dos carroceiros, eu conheço os botecos da Serraria, eu conheço os botecos da Zona Norte, e, nem por isso, eu me furto de tentar objetivar uma norma e ouvir as duas partes.

Conversei, sim, com vários empresários que dão emprego, e eu acho que a partir devemos estipular uma emenda que beneficie o seu projeto, que favoreça o seu projeto.

E vou dizer, aqui, o Nereu é do meu partido, mas nós não queremos, aqui, emenda com mil pessoas. Jamais! E conversei com a Fernandinha...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Delegado Cleiton prossegue a sua manifestação de discussão do PLL nº 037/13, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Janta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Obrigado, Ver. Janta.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu fui citado, e, realmente, eu costumo dizer que não gosto de emenda, porque, muitas vezes, muitas emendas estragam o projeto. Costumo dizer que são puxadinhos, gambiarras. E o Ver. Janta me comunicou que havia 14 emendas; são 14 puxadinhos, mas ele disse que retiraram 3, ficaram 11 emendas.

Nós não podemos tirar o mérito do projeto da Ver.^a Séfora, que trouxe este importante debate.

O SR. DELEGADO CLEITON: Querido Vereador, ninguém está tirando o mérito, mas a emenda faz parte da discussão, faz parte do projeto. Nós não podemos, aqui, achar que somos os donos da verdade! E se existe uma emenda, e se existem várias emendas, temos que conversar com todas as partes. Mas dizer, e eu me senti ofendido aqui, desculpa, me senti ofendido, sim, colega, e tu sabes disso, tu és uma das que frequenta alguns bares desta Cidade comigo, e me atinge. Só um pouquinho, mas eu me sinto ofendido, e gostaria que fossem nomeados esses Vereadores que trabalham com lóbi. Eu não trabalho com lóbi, apenas avalio as emendas, e acho que é desrespeitoso dizer que quem não vota na íntegra do seu projeto é alguém que está funcionando com lóbi de A ou B. Não me interessa! Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta tarde, aqui neste plenário, nós estamos vivendo um momento de aprender. O projeto feito pela Ver.^a Séfora Mota tem o meu respeito. Aqui, tem 36 Vereadores da cidade de Porto

Alegre. Cada um tem o direito e o dever de apresentar os projetos de acordo com a sua consciência, tem o direito e o dever de ouvir, de voltar e avançar. Não é proibido fazer a confluência, não é proibido encontrar um melhor caminho – ou o menos ruim, porque o ótimo não vai se encontrar nunca aqui dentro. Os interesses são diferentes, e não são interesses comerciais. Esses comerciantes que estão aqui, bodegueiros, gente da noite – a maioria é pessoal que trabalha com restaurante –, hoje, já estão tendo um prejuízo com essa chuva, com essa tormenta, além do prejuízo de estarem aqui e não poderem estar trabalhando, de estar vendendo. Então, eu acho que houve aqui algumas misturas de estações. Por exemplo, a grande dúvida da Cidade: o que é casa noturna? Por que um restaurante tem que fechar às 22 horas ou à meia-noite? Por quê? Então nós temos muitos assuntos para discutir aqui. Eu tenho certeza, Ver.^a Séfora Mota, que a sua intenção não foi a de prejudicar ninguém, e tenho a certeza também que houve lenha na fogueira, não do setor, com a Vereadora, há muita lenha na fogueira dos intermediários. Eu conheço quase um por um os comerciantes, desse pessoal que trabalha como uns loucos. Esse pessoal, é só olhar para eles e ver que estão todos com cara de sono, porque eles dormem muito pouco. Eles têm que cuidar o seu caixa, têm que cuidar as comandas, têm que cuidar da porta de emergência. Eu conversei com eles, Ver.^a Séfora Mota, e quase a unanimidade deles concorda que a fiscalização olha a porta de emergência que estiver trancada, e que fecha o estabelecimento, porque todos têm responsabilidade, todos querem a segurança da população e a segurança dos funcionários deles e a deles também. Então, o que nós discutimos durante o dia todo são alguns assuntos que não dizem respeito nem à comanda e nem ao projeto da Ver.^a Séfora Mota, são assuntos que a Cidade está pedindo, há muitos anos, que sejam solucionados. Nós vamos ter que fazer isso; enquanto isso não vier, não tem como ter o ótimo, que seria, na visão dos empresários, na visão do sindicato, de não ter a comanda, porque não tem essa cultura aqui em Porto Alegre. Como não tem como retirar o projeto da Ver.^a Séfora Mota, que lutou todo esse tempo, e como não tem como liberar geral e irrestrito, vamos chegar num meio-termo. Eu conversei com a maioria que aí está e perguntei quantos cabem nas suas casas: 400, 380, 270; eu não ouvi falar em capacidade acima de 600. Então, se há um projeto e uma emenda de boa vontade, também... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim prossegue a sua manifestação de discussão do PLL nº 037/13, a partir deste momento, por cedência de tempo da Ver.^a Lourdes Sprenger.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver.^a Lourdes, por conceder-me o tempo. Eu estava falando que se há uma emenda para 600, se há uma para 250 – e havia uma respeitosa emenda do Ver. Nereu D’Avila, eu quero fazer justiça para o Nereu –, de 1.000 pessoas, o que nós entendemos? Para que os Vereadores possam fazer uma votação mais tranquila e para que os senhores fiquem tranquilos também, quero dizer que há outras emendas que definem bem para quem é este projeto: só para casas noturnas e danceterias. Isso está bem claro. Pega-se a emenda da Ver.^a Fernanda, muito boa também; todas as emendas, em princípio, são boas e atendem ao setor. Eu convoco, convido, peço o entendimento, a boa vontade de todos: do empresário, da Vereadora, dos Vereadores, para que se faça essa votação, que se consiga atender ao projeto da Ver.^a Séfora Mota, que também está dando o acordo – quero registrar isso – para facilitar a votação, de fundir a emenda dela com a do Ver. Nereu D’Avila, com a nossa emenda, que seja uma só, para 600 pessoas, para esta discussão ficar mais fácil, para que se vote o projeto hoje, e vocês possam ir trabalhar tranquilos, porque já está na hora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Sr. Vereadores. O pronunciamento do Ver. Idenir Cecchim praticamente torna desnecessário qualquer outro pronunciamento. Se venho à tribuna é porque, caracterizadamente, eu sou um homem que tenho tentado sempre deixar muito claras as minhas posições, sem nenhuma pretensão de que elas influenciem o restante da Casa, é uma questão de reafirmação de princípios, doutrinas e convicções.

Para início de conversa, quero ser solidário com o meu colega Ver. Garcia – V. Exa. que me conhece de longo tempo nesta Casa –, que eu não tenho o menor temor desse tal de lóbi de que todos falam, sem definir exatamente o que é. Para mim, eu não tenho lado

para chegar. Ouço quantos me procuram, e procuro, evidentemente, entendê-los nas suas reivindicações, a maioria das quais justas, com as quais, inúmeras vezes, eu concordo e outras, tantas vezes, eu discordo. Fico na linha, especialmente na da Ver.^a Any Ortiz, que se manifestou nessa posição, de que eu não tenho esse tipo de preocupação. Nas últimas 48 horas, eu tenho conversado com posições as mais diversas. Não fosse a necessidade de ser célere nesse pronunciamento, eu enumeraria quantas foram, desde o Ver. Brasinha, que é um dos maiores defensores do projeto, até representantes da categoria que têm restrições ao projeto – os quais eu recebi, mais de uma vez, e os receberei tantas vezes quantas forem necessárias. Porque não me pejo de dizer que tenho com eles um excelente relacionamento. E eu sou transparente. Não escondo as minhas posições.

Agora, à proposta da Vereadora, eu não tive simpatia com ela de início. Até porque a expressão “proíbe” me deixa já com certo preconceito com relação à proposta. De outra banda, eu não entendia a própria ementa quando dizia que “utilizar comanda ou cartões com pagamento posterior ao consumo”. Não entendia bem como é que eu ia pagar antes de consumir. Mais tarde, as coisas foram se arredondando. E, nesse particular, eu quero declarar o meu respeito à Vereadora que propôs o projeto de lei, porque ela tem aberto a possibilidade de composições. Ela mesma assina cinco emendas que alteram bastante o seu projeto originário, Ver. Guilherme Socias Villela. E agora, ao final, e o Ver. Idenir Cecchim colocou muito bem, parece que se constrói uma saída que contempla, se não a todos, pelo menos a grande maioria. Esta não é uma Casa de consenso, é uma Casa de dissenso: aqui discutimos, temos posições diferenciadas sobre vários assuntos, o consenso é um acaso. Eu tinha dito, inclusive, até numa tomada de posição muito clara, que eu ia votar a favor de todas as emendas, porque as achava todas boas. Mas, ao final, veja bem, a Ver.^a Fernanda Melchionna e o Ver. Pedro Ruas, que fazem parte de um Partido diametralmente oposto ao meu, acabam trazendo uma emenda que a considero singular e que qualifica de maneira o projeto, que é a Emenda nº 08 ou nº 09, que exclui da incidência deste projeto os pubs, os bares e os restaurantes. Isso me tranquiliza, porque, pelo menos, já caminhamos 90%. E a limitação, com que até a autora concorda, de que seja de 600 lugares e que é a proposta do Ver. Idenir Cecchim, pelo que me consta, transita na Casa com enormes possibilidades de êxito e, se isso depender da minha contribuição, eu vou contribuir positivamente, aprovando a emenda da Ver.^a

Melchionna e do Ver. Pedro Ruas, aprovando a emenda do Ver. Idenir Cecchim, aprovando outras emendas menores que aqui se apresentam. Uma das coisas que eu considero importantíssimo é quando a Ver.^a Séfora diz, com clareza, que ela quer atingir as danceterias, pois não, restrinjam-se as danceterias e ressalvam-se o restante: os bares, os restaurantes, aqueles locais que eu não conseguia entender como eu ia chegar em um bar às oito horas da noite, pedir um chope e pagar por aquele chope, meia hora depois pedir outro chope e pagar aquele outro chope, eu ia ter que ter uma soma de recursos miúdos no bolso, uma verdadeira guaiaca. Acho, Presidente, que o tempo de debate ajudou a equacionar uma boa solução, que pode não ser a melhor para todos, certamente muitos não gostarão da solução final, mas esta Casa tem que ser a Casa onde se construa a arte do possível e não se fique lamentando o impossível.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quase boa-noite a todos e todas, porque as condições meteorológicas da nossa Cidade e da Região Metropolitana são de fato preocupantes, e nós teremos que estar atentos nos dias de hoje e amanhã. Eu queria, muito tranquilamente, fazer o debate que a Ver.^a Séfora Mota nos proporciona na tarde de hoje, e não só na tarde de hoje, porque já foi discutido. Nós, ontem, na Comissão de Direitos Humanos, fizemos uma audiência com a participação de todos os envolvidos – sindicato, Procon, entidades, estudantes da PUC – para discutir um projeto que já trouxe o mérito para esta Câmara de trazer o debate e discutir as questões de segurança, de defesa do consumidor, de vida noturna, debates que a Cidade tem que fazer.

Eu queria começar dizendo que, se o mundo e o Brasil tivessem aprendido com a tragédia da Cromagnon, em 2004, na Argentina, onde mais de 100 jovens perderam a vida de forma exatamente igual ao que aconteceu na Kiss, uma tragédia que ceifou 242 vidas não teria acontecido na nossa vizinha Santa Maria. Um fogo de artifício soltado de maneira irresponsável, em uma espuma inflamável, em uma casa que não tinha sinalização, ceifou a vida de 242 pessoas. E eu sou muito solidária ao movimento Luta e Luto dos familiares das vítimas de Santa Maria, que luta por justiça, porque não é possível

que, até hoje, ninguém tenha sido punido pela tragédia de 242 pessoas. E não só os donos da boate, que obviamente têm responsabilidade, os músicos, mas quem, dentro da Prefeitura, liberou o alvará de funcionamento para uma verdadeira ratoeira. Quem, dentro do Poder Público, concedeu um alvará absolutamente irregular? Isso é muito importante a gente discutir, porque, de fato, o problema das comandas não é a solução única para o problema da segurança. De maneira nenhuma, plano de prevenção de combate de incêndio, espumas não inflamáveis, sprinklers, prazo para vistoria das Secretarias para que, de fato, legalizem os estabelecimentos e facilitem a fiscalização, barrando a corrupção, não tenho dúvida, é um conjunto de medidas que nós defendemos. Mas, no caso de Santa Maria, foi muito emblemático, porque as pessoas se dirigiram à saída e o segurança as barraram porque não viram o incêndio. Pode ter sido uma vítima, mas se foi uma vítima, porque não tinha a comanda paga, este projeto já é meritório. Uma vítima! Se naquele meio-tempo de 30 segundos em que o segurança barrou a porta, algum jovem inalou gás tóxico e faleceu, este projeto torna-se meritório, e nós propusemos emendas que ajudam na compreensão do projeto, porque, de fato, o Plano Diretor de Porto Alegre tem uma confusão em relação àqueles que funcionam depois da meia-noite. E nós sabemos que o projeto da Vereadora não quer barrar esse sistema de comandas em papel nos bares, nos restaurantes e nos pubs; ela falou ontem na nossa Comissão. Portanto, apresentamos uma emenda, com vários Líderes, decorrente da reunião da Comissão de Direitos Humanos, assim como um grupo de trabalho, democrático, para regulamentar a lei, para garantir que não haja distorções e buscando, de fato, avançar na regularização. Essa também é uma medida democrática em que o Procon e os frequentadores têm que ser ouvidos, e da qual os músicos têm que ser parte. Agora, o projeto da Vereadora é meritório, tem o nosso apoio, não é a única medida no combate à insegurança, mas é uma medida necessária, que tem que ser aplicada às danceterias, garantindo maior tranquilidade para os frequentadores, para quem é da vida noturna e para todos aqueles que mandam, que sabem que os filhos estão nas danceterias e têm o direito de dormir com tranquilidade. Então, eu agradeço a atenção de todos e espero que as nossas emendas sejam aprovadas, e quero dizer que é muito importante que a Câmara esteja fazendo este debate na tarde de hoje. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Mario Manfro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, empresários do setor de entretenimento noturno, ou do entretenimento, de um modo geral; eu quero lembrar que há mais ou menos um ano, naquela terrível manhã de domingo, eu estava na praia. Ainda me lembro, acordei às oito e pouco, peguei o telefone, liguei o Twitter e li: tragédia em Santa Maria, oitenta e poucos mortos; daqui a um pouco mais, 120; daqui a um pouco mais, 200. E chegou a esse número que horroriza a todos, de uma cicatriz que deixa uma marca profunda e eterna na história do País. Não é de Santa Maria, do Rio Grande do Sul, nem só do Brasil.

Naquele dia, 10h da manhã, toca o meu telefone, eu atendo e era a colunista Rosane de Oliveira. E a Rosane me disse: “Valter, estou te ligando [e é a primeira vez que falo isso] porque sou mãe de um adolescente. Quando tu fizeste a ação na Cidade Baixa, muitos se levantaram contra ti e muitos que deveriam ter ficado do teu lado silenciaram”.

Nós cobrávamos um protocolo. Estão aqui os meus amigos do Sindpoa. Tivemos, talvez, na minha gestão na SMIC, dois embates. No Fumo Zero: começou o Fumo Zero, e nós fomos lá e conversamos: “Olha, tem uma lei, e nós vamos fazer valer a lei”. Aí, eu me lembro... Está aqui o nosso amigo do clube, o Lara, que, infelizmente, naquela ocasião, recebeu uma multa, mas é um empresário exemplar, como todos os senhores. (Palmas.) Aí, foi uma resistência inicial, e o Fumo Zero é uma realidade hoje, porque a sociedade, os empresários e todos se engajaram naquele processo.

Agora, ontem, eu vi aqui os familiares – que coisa triste isso! – que hoje iam se reunir na frente do Ministério Público, porque iam cobrar do promotor que não tinha denunciado servidores municipais que não tinham feito cumprir a lei. Mas eu vi a minha companheira, colega de bancada, e a Ver.^a Sofia arregimentarem legiões contra mim, naquele momento, porque eu fazia cumprir a lei! Criaram campanhas na Internet porque eu fazia cumprir a lei, e agora vêm falar que não sabem por que os servidores não foram punidos! Não foram punidos por isto: porque tem político que, na hora que tem que fazer o que é certo, se levanta e vai fazer demagogia.

Eu quero dizer que eu acho que o lóbi é absolutamente justo, todos têm direito de fazer lóbi. Eu trabalhei na Federação das Indústrias, ia muito a Brasília, era o seu representante e fazia lóbi. É algo republicano fazer lóbi. É correto. Aqui vem sindicato patronal e sindicato de empregados; aqui vêm as mais diferentes corporações e todos têm o direito de pugnar, de propor, de lutar pelas suas ideias. Portanto, quero dizer que o meu gabinete sempre esteve aberto a todas as posições. Mas a minha posição responde à minha própria consciência, meus caros Vereadores Professor Garcia, Guilherme Socias Villela e Mônica Leal.

Com relação a este projeto, está aqui a direção e estão aqui os empresários, todos sabem que quando nós tivemos que tomar medidas que eram antipáticas, nós tomamos medidas que eram antipáticas; mas quando se tem que fazer alguma coisa que eu acho que não seja correta, eu também não tenho medo. Acho que invadir a seara... Tenho muito carinho pela Ver.^a Séfora, muito carinho. Eu não pessoalizo as coisas; eu acho que a questão da política é uma e a questão pessoal é outra. Agora, Sr. Presidente, quero dizer que voto contrário ao projeto e às emendas. Com todo o carinho que tenho à Vereadora e pelo Tiago, que é meu amigo de muitos anos, desde quando ele não tinha barba e era bem menor, amigo dos meus irmãos, a gente convive há muito tempo. Então, não é uma questão pessoal. Só para eu concluir, Presidente...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Quero dizer que o que houve em Santa Maria é porque lá houve algo inominável; não foi pela comanda! É porque foi por um sem-vergonha que tem que apodrecer na cadeia, me desculpem, que se preocupou, na hora de uma tragédia, de um incêndio, em verificar se a comanda estava paga ou não paga, quando tinha que abrir a porta, independente de qualquer coisa.

Então está ali na exposição de motivos essa questão; eu respeito, respeito a autonomia de todos os Vereadores, mas não compreendo que o que tenha havido em Santa Maria seja por isso. Se eu vou a uma casa noturna e sou maltratado, eu não volto nunca mais a essa casa noturna. Se eu vou a uma casa noturna e acho que ela não tem segurança, eu ligo para o 156 e denuncio e ainda vou querer acompanhar a fiscalização. Mas eu quero a liberdade para o empreendedor definir como é que ele vai operar. Assim como eu tenho a liberdade de ir ou não ir àquele local. Lá eu vou, ou eu vou indicar para os meus filhos. Se

não tiver segurança, eu vou orientar que não retornem ou que não vão àquele local. Mas eu não me acho no direito de interferir no livre arbítrio do empreendedor naquilo que diga respeito a essa relação de consumo, enquanto ela não for abusiva, na forma como ele vai se relacionar com o seu cliente e como ele vai exigir o pagamento, seja na consumação, seja no pagamento posterior, da forma que for. Então, os meus princípios de liberdade econômica são subordinados só a uma questão: ao interesse do consumidor e ao direito do consumidor, que é o direito do cidadão, em última análise.

Por isso, Ver.^a Sefora, com muito respeito, com muito carinho, de forma muito fraterna, aprendi a gostar da senhora e respeitá-la, não é essa a questão, é uma questão de fundo, ideológica. Por essa razão eu acho... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Waldir Canal assume a presidência dos trabalhos)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadores e Srs. Vereadores, primeiro eu quero parabenizar a Ver.^a Sefora Mota por trazer este assunto, e este assunto é abrangente. Não dá para dizer que com comanda ou sem comanda aconteceu a questão da Kiss, ou se seria diferente. Mas, na realidade, a segurança como um todo tem vários fatores, e esse é um ponto que nós estamos abordando. E aqui é o lugar, o Parlamento, que é de parlare, falar, e é o que nós fazemos aqui. Quero dizer que a figura do lóbi é legítima e ficaria preocupado se não tivesse lóbi aqui dentro. (Palmas.) Porque, cada vez que nós votamos um projeto nós podemos ter um valor de juízo e, se algumas pessoas nos abastecem com informação, nós vamos fazer um senso crítico e definir se é melhor ou não. Mas isso é bom para o processo, porque, em todos os projetos de grande natureza, vêm aqui os segmentos envolvidos, até porque nós não temos uma cabeça iluminada para saber de tudo. À medida nós vamos ouvindo as pessoas, ouvindo os segmentos, que nós constituímos real valor. Porto Alegre tem uma dificuldade, e talvez esse projeto venha a ajudar muito nisso. Nós temos que, uma vez por todas, definir o que

é casa noturna, o que é danceteria, o que é bar, o que é restaurante. Eu fui Secretário do Meio Ambiente; e aqui tem o Ver. Cecchim, o Ver. Valter e o Ver. Nereu D'Avila que foram Secretários da Indústria e Comércio, e sabem que é um inferno isso, cada cabeça tem um julgamento diferente, e a medida que vale para um não vale para outro.

Está na hora de o Executivo definir isso, definir junto com a categoria, junto com a sociedade civil como um todo, para que possamos evoluir, porque isso dificulta. Não é por acaso que surgiu a emenda de explicitar que não vale para bares e restaurantes, mas, mesmo com a emenda, quando vai para determinados técnicos, não vai valer, porque eles têm um entendimento diferente. Enquanto não tivermos, nesta Casa, uma lei que coloque, de forma clara, o que é danceteria, o que é casa noturna, o que é bar, o que é restaurante, vamos ter essas dificuldades.

Essa questão da emenda – Ver. Cecchim, quero parabenizá-lo –, seiscentos... A gente ouviu aqui hoje 250, 600, 700, 1.000, parecia um leilão. Coloquei para a Ver.^a Séfora que danceteria, com a acepção de danceteria para a juventude, raramente tem 250; 250 é para lugares mais light, uma faixa etária maior, mais avançada. Aí, 250; agora, danceteria, burburinho de jovens, são concentrações maiores. Por isso vou ficar com a questão dos 600, acho que isso aí vai ajudar, e muito.

Volto a dizer o seguinte: o seu projeto possibilitou a discussão. E, para finalizar, volto a dizer que temos que definir, de uma vez por todas, o que é casa noturna, o que é danceteria, o que é bar, o que é restaurante. Ao mesmo tempo, o Executivo tem que, de forma mais dinâmica, ajudar numa fiscalização. O resto é deixar o pessoal trabalhar, porque, na realidade, o que eles querem é isso, eles não querem ficar reféns de que uma hora é uma coisa, outra hora é outra coisa. Acho que, depois de todas as emendas – muitas vezes, pode parecer uma colcha de retalhos, mas vem somar –, fazer massa crítica... E, como falou o Ver. Pujol, talvez não seja o melhor, mas foi o que foi possível construir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, o Ver. Bernardino pediu que eu comunicasse o motivo de sua ausência aqui: ele perdeu a sua mãe ontem. Hoje estava com a pressão 12 por 18 e foi obrigado a se retirar às 14h30min.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero fazer o registro das presenças dos Vereadores Roger Severo e Miriam Suhre, do PP de Alegrete. É um prazer tê-los conosco.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, representantes aqui de diversas categorias da Cidade, principalmente dos bares e restaurantes da nossa Capital. Todos aqui sabem da nossa postura e da nossa opinião quando temos temas polêmicos que vão incidir na vida prática da Cidade. O resultado desta Sessão de hoje não pode ser um resultado que tenha vencedor e derrotado, não pode ser isso. Este debate aqui, queiramos ou não, já faz parte de um processo de discussão. A Ver.^a Séfora tem o mérito de trazer uma discussão que traz a precaução em relação à segurança. O Sindicato dos Bares e Restaurantes aqui presente traz um conjunto de preocupações da funcionalidade. Em toda a discussão que fizemos hoje aqui surgiu um conjunto de emendas, e quero dialogar com todos aqui porque estávamos conversando aqui neste momento. Surgiram duas emendas no início. A Fernanda teve a iniciativa, e assinamos juntos. A primeira retira os bares, restaurantes e *pubs* do enquadramento da lei, independentemente do seu horário de funcionamento. Eu parto do princípio de que vamos aprovar esta emenda. Então, já tiramos uma categoria grande dessa seara de como aplicar a devida lei.

Há quatro emendas de diversos partidos que discutem o corte da grandeza. Uma diz que se aplica quando for acima de 250 participantes; outra, que era para 400, foi retirada; outra, que é para 600, está em vigência; outra é para 700; outra é para mil. Então nos parece que há um debate – conversava com algumas lideranças –, uma sugestão sobre a linha de corte desse tema.

Então, querer votar um contra o outro creio que é um equívoco neste momento. A sugestão que trazemos aqui, já que está encerrando o debate – consulte inclusive a Ver.^a Séfora e demais Líderes – é que possamos, através do Presidente, assim que encerrar a discussão, chamar todas as Lideranças aqui para dialogarmos sobre a possibilidade de

um entendimento do grau, do tamanho da linha de corte que pode ser aplicado ao projeto – para isso, o grupo de trabalho continuará.

Assim que a lei for sancionada, nós teremos mais um período para discutir essa questão da aplicabilidade. O papel que esta Casa tem que fazer é o papel do diálogo, da construção. Aqui não podem, através de uma lei que se propõe ser propositiva no sentido da segurança, saírem vitoriosos e derrotados. Não, não podem. Esse é um tema que tem que ser construído por todos nós. A Cidade tem que ganhar com isso. Eu ouvi o Ver. Valter aqui antes. Não, se há bares que podem ter prejuízos com essa questão, precisamos analisar isso. Agora, é claro que a precaução da segurança tem que presidir esse diálogo, essa construção. Eu já fiz sugestões de diálogo em outros momentos. Nem sempre foram bem aceitas. Eu creio que, agora, antes de votarmos, chamar as lideranças, conversarmos, até porque há quatro emendas, e as categorias que aqui estão nos indicaram que têm um entendimento de uma grandeza que aceitam. Por que não consertarmos esta possibilidade? Que pode ser 600, que pode ser 700, que pode ser 800, agora, aqui não dá para ser um contra o outro. Obviamente que a autora do projeto preside esta...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...como até então eu era o último inscrito ali, e ficamos à tarde, a nossa Bancada debatendo, discutindo, tentando... Esta fala de encaminhamento é uma tentativa de construir uma solução, Ver. Cecchim, que possa ser construtiva, porque, se votarmos as emendas apresentadas de excluir os bares, pubs e assim por diante, criar o grupo de trabalho e ter uma linha de corte, acordada com todos, o número, ninguém sai daqui derrotado. E eu acredito que isso é possível, até porque isto aqui é o Parlamento, onde se fala e se constrói. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria dizer para todos e ao Ver. Comassetto, que me antecedeu, que essa é a ideia com o grupo de trabalho que queremos criar, para que este grupo de trabalho regulamente a lei e garanta que ela seja aplicada, separando o joio do trigo, fazendo as adequações necessárias, ouvindo a Cidade. Foi apresentada e

assinada por vários Líderes, e eu acho que é um bom encaminhamento, um prazo para o grupo de trabalho apresentar esses resultados, mas ao mesmo tempo ouvir e construir coletivamente essa questão da aplicação do sistema que a Sefora propõe, que na verdade são três modalidades, não é um sistema único, são as fichas, o cartão balada, enfim.

Mas eu tive que vir me inscrever porque o Ver. Valter insiste em confundir alhos com bugalhos. Quando houve um movimento orquestrado na Cidade Baixa que fechou estabelecimentos, que tentou acabar com a música ao vivo, como no projeto que foi trazido para o grupo de trabalho, um movimento de juventude se organizou, um movimento de pessoas que defende que exista vida noturna na cidade de Porto Alegre, com responsabilidade, com fiscalização, com respeito aos moradores, com respeito àqueles que estão buscando se regularizar e que não conseguem no Município de Porto Alegre! Tem gente que espera dois anos para ter as vistorias lá nos seus estabelecimentos e poder, sim, se adequar à legislação. Para nós, que vivemos na Cidade Baixa, infelizmente, nenhum dos estabelecimentos foi fechado por falta de plano de combate de incêndio. Nenhum foi fechado, nenhum! Nenhum foi fechado naquele momento! São estabelecimentos que têm que fechar à meia-noite em uma Cidade que praticamente não tem vida noturna, em que a juventude muitas vezes não tem espaço! Os trabalhadores não têm espaço de lazer! Nós defendemos, sim, a mediação. Nós participamos de um GT com todos, discordando muitas vezes da Prefeitura, discordando muitas vezes dos empresários, discordando muitas vezes dos moradores, concordando, convergindo e chegamos ao decreto. Agora, nós não aceitaremos que misturem alhos com bugalhos. Nós não aceitaremos que digam que os estabelecimentos que foram fechados naquele momento foram fechados porque tinham risco de incêndio na Cidade, quando, na verdade, ficam esperando anos! Não foi um nem dois casos de estabelecimentos que esperavam anos para serem regularizados na nossa Cidade. Isso nós não podemos aceitar, porque aí não tem como fiscalizar, porque aí é difícil que tenham espaços para garantir a vida noturna, porque aí fica difícil para os moradores! É verdade!

Portanto, a regularização é importante para todos. Ter essa lei que mude, Ver. Garcia, saber o que é bar de entretenimento e casa noturna é para ontem! Ou anteontem! O que não pode é que um bar que funcione depois da meia-noite seja tido como casa noturna!

Não é casa noturna! Há bares que funcionam 24 horas na Cidade Baixa, servindo lanche, mas não tem ninguém dançando, não tem pista de dança! Isso não é casa noturna! Os bares que funcionam até às duas da manhã não são casas noturnas! E eu defendi, sim, que ampliassem os horários para mesas na rua porque uma cidade também é feita do uso dos espaços públicos, combinando o espaço dos transeuntes e os direitos dos moradores, porque nós acreditamos que é importante que esses espaços sejam construídos. E coletamos, naquele momento, assinaturas, fizemos um abaixo-assinado em defesa desse projeto. Assim como lutamos junto com os músicos na Cidade Baixa na defesa da música ao vivo, mostrando que um bar que apresenta um happy hour com música ao vivo não pode ser considerado casa noturna e tem o direito de funcionar produzindo aquilo que é uma das coisas mais belas que a humanidade já fez, que é a música. Com isso, garantindo o lazer, o acesso à cultura e, ao mesmo tempo, espaços de confraternização para a nossa população.

Então, nós podemos pensar diferente neste projeto, mas não misturem alhos com bugalhos e não faltem com a verdade. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, saúdo a todos os empresários de bares, restaurantes, casas noturnas que enriquecem o debate da nossa Casa, com uma legítima atuação na tarde de hoje e nos outros espaços que tivemos para debater este assunto. Agradeço, também, ao Sindicato, com quem conversei sobre este tema inúmeras vezes, e não só o tema, deste projeto de lei, mas vários outros.

Ver.^a Sefora, eu agradeço a V. Exa. por nos oportunizar este grande debate que, na verdade, não é sobre as comandas especificamente. O seu projeto abriu toda uma discussão que precisa ser feita. E a tensão que estamos vivendo hoje não é, simplesmente, pelo projeto da comanda, mas é porque a nossa Cidade não tem regras claras sobre o funcionamento noturno. É isso o que está ocasionando a tensão aqui. Uma cidade segura, é uma cidade que tem vida noturna ativa, e quanto mais vida noturna,

como a Fernanda muito bem falou aqui, melhor. É por isso que nós admiramos Madri, Barcelona, Nova York, é porque têm jovens na rua circulando. E isso é sinônimo de uma cidade segura. Mas para isso, nós precisamos ter regras claras. Não pode o empreendedor ser punido com uma burocracia kafkiana, como é hoje na cidade de Porto Alegre. O empreendedor não sabe quanto vai gastar do início ao final de sua obra. É uma incógnita empreender hoje em Porto Alegre. E isso não é estímulo nenhum à vida noturna, nem aos empresários dela.

Portanto, o debate que se abriu nesta Casa é de que nós precisamos de transparência nas normas sobre a vida noturna de Porto Alegre e sobre os processos que os empresários passam, e que hoje não têm. Alguém aqui poderia me garantir em quanto tempo o seu processo será analisado? Um processo, um alvará, uma autorização, uma renovação, ninguém sabe quanto tempo vai demorar, e esse já foi o problema dos Alvarás Provisórios quando estourou a crise. E aí o que eu quero dizer é o seguinte: não dá para fazer fiscalização só para mostrar na TV, não dá para pegar dois ou três empresários da vida noturna para pagarem o pato pela falta de uma fiscalização clara só para botar eles na frente da TV e dizer que está se fazendo um trabalho, que é totalmente momentâneo e fenomênico. Precisamos de uma política, nesta Cidade, de fiscalização – e eu tenho conversado com o Sindicato dos Fiscais –, precisamos reestruturar todo o serviço de fiscalização de Porto Alegre para ser mais claro, integrado. Não dá para cada dia ter uma fiscalização batendo na porta do empreendimento, cada fiscal tendo uma interpretação diferente sobre as normas.

Então, eu espero, Ver.^a Sefora, parabenizando-a novamente, que este debate seja muito mais do que sobre a comanda, e que nós possamos, quem sabe, daqui a um ano, devolver aos empresários, efetivamente, junto com a Administração Municipal, uma reestruturação completa do sistema de gerenciamento – vou chamar assim – da vida noturna de Porto Alegre, para que não se tenham dúvidas sobre o funcionamento da casa, para que o empresário, que não sabe como responder, não tenha que por um outro nome. Esse é, efetivamente, o problema.

Eu quero dizer que não adianta vir aqui falar bonito se a Prefeitura, efetivamente, não se reorganizar. Nós precisamos ter um único processo para cada empreendedor, com um número, para que ele não tenha que pedir favor para ninguém para o processo andar. Onde já tem muito problema é um espaço em que pode se criar outras coisas, e é isso o

que tem se visto aqui. Portanto, nós precisamos de transparência, regras claras, e, como eu já transmiti ao Sindicato, acho que a questão da comanda é importante, sim.

No período em que fui Secretário de Canoas – é outra realidade, só estou trazendo a minha contribuição –, quando fiscalizamos as casas noturnas, bem antes da Kiss, efetivamente, as portas de emergência estavam trancadas, e me disseram os empresários, naquela oportunidade, que eles não podiam deixar as portas de emergência abertas porque as pessoas poderiam sair sem pagar. Esse é o meu motivo. Isso não torna ninguém criminoso, acho que não podemos falsear o debate aqui. Todos me parecem que são a favor de que Porto Alegre seja uma referência, para a juventude, de vida noturna, de segurança, de transparência. E para isso não basta discurso bonito, nós precisamos de ações concretas por parte da Administração para que o empresário de Porto Alegre não seja punido como é hoje com uma burocracia que beira à loucura com um labirinto em que os empresários são penalizados. Parabéns, novamente, parabéns também aos empresários que têm a coragem de vencer a burocracia que Porto Alegre lhes impõe hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Thiago, cumprimentando V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, quero cumprimentar aqui o Ver. Cláudio Janta que auxilia na coordenação dos trabalhos desta nossa tarde de importantes resultados. Quero aqui cumprimentar também a Ver.^a Séfora Mota pela iniciativa de trazer ao debate a sua preocupação com relação ao incêndio da boate Kiss, tentando através desse contexto dar a sua contribuição para que Porto Alegre também possa dar uma resposta com uma política pública aprovada nesta Casa. E me parece que, com a representação dos interessados aqui, na representação sindical, na diretoria do sindicato, mas também com os proprietários de empreendimentos, restaurantes, bares, casas noturnas – e como foi dito aqui por aqueles que me antecederam – que nós estamos nos avizinando de uma construção. Uma construção a quatro mãos, a seis mãos, intermediando aqui a iniciativa da Vereadora com

aqueles colegas que tiveram outro entendimento a respeito desta pauta. Houve aqueles que defenderam que a comanda não tem nada a ver com a questão da prevenção contra incêndio, e a Vereadora entende que sim. E nos parece, agora – Ver. Nereu, que foi o proponente da primeira emenda, aquela emenda que tinha por objetivo estabelecer esse regramento para os estabelecimentos que recebessem mais de mil pessoas – que com a sensibilidade das colegas aqui, da Ver.^a Mônica Leal, Ver.^a Luiza, da Ver.^a Any Ortiz, nós podemos dar uma conversada com a Ver.^a Séfora Mota, porque, pela compreensão dos que nos antecederam aqui, há um consenso de que o projeto é válido e será bom para a Cidade. Inclusive o próprio sindicato já concorda aqui que agora a questão é muito mais de acerto com relação a números. Porque a relação de números tem a ver com o tamanho da casa e também com relação ao tipo de serviço. Eu acho que o sindicato traz alguns argumentos que nós precisamos considerar: como um restaurante, por exemplo, vou trazer aqui o exemplo do Barranco, que funciona depois da meia-noite, a pessoa vai ali no horário de 23h30min, 1h, pedir uma cerveja, e tem que pagá-la sem poder anotar na conta, sem poder pagar no final; ou outras casas noturnas, como foi dito aqui: será que realmente a comanda vai atrapalhar para um pequeno empreendimento, por isso há a questão das cozinhas? O restaurante é uma tradição, ele cobra a conta no final, ele não cobra antes, então também há um enquadramento com relação à casa noturna, bar, botequim, enfim.

O nosso entendimento é mais no sentido dos Vereadores que estão se somando aqui para tentar encontrar um meio-termo, e parece-me que o meio-termo está li na casa – peço que me corrijam se eu estiver errado – das 650, 700, 750, está em torno disso. Porque as casas noturnas, que trabalham com esse tipo de volume de público concordam com a Vereadora que, talvez, o pagamento sem comanda numa necessidade, numa emergência, possa realmente socorrer o público que está ali, frequentando aquele estabelecimento. E com menos de 700 talvez não precise. Parece-me que até a Vereadora mesmo concorda, chegando ali em torno de 600, mais ou menos, foi o que entendi, Vereadora, ficando fora bar e restaurante, onde tem a cozinha.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, é importante registrar aqui que neste projeto não entra restaurante, isso é o que a

Vereadora, autora do projeto assoprou ali. Eu registro que não entra, o senhor está fazendo um pronunciamento que está equivocado.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Não, mas eu quis exemplificar porque a emenda traz a questão da cozinha, onde há cozinha... É que o enquadramento da lei, Vereadora, diz que, depois da meia-noite, tudo é casa noturna, mas se tiver cozinha... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A Sra. Séfora Mota: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, esta emenda a que sou contra é justamente a respeito da capacidade. Com 600 pessoas, eu até aceito, apesar de achar que o mais prudente seria aprovarmos com 250 pessoas. Mas acima de mil pessoas, as casas que têm essa capacidade, elas já praticam o sistema que está sendo proposto, o que essa lei está querendo. Isso é desmerecer o meu Projeto. E que fique claro, novamente: existe uma emenda especificando que essa lei não inclui bares, pubs e restaurantes, independente do horário que trabalham. E o GT que será criado para debater essa questão dos horários de funcionamento, de que tudo que funciona depois das 22h ou das 24h é casa noturna. Obrigada.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Obrigado, Ver. Paulinho, sei que a sua intenção foi a melhor possível, como um homem bom que é, agradeço e agradeço muito ao Ver. Villela. Alguns esclarecimentos de quem conhece um pouco essa matéria. A primeira, é muito bom estarmos falando sobre uma série de assuntos. O primeiro deles é a questão do Plano Diretor. No art. 1º, no que se refere a esse assunto em específico, ele distingue bares, restaurantes, cafés, lancherias, tabacarias, várias figuras; portanto, reconhece que são coisas distintas. Mas no art. 2º – e aí veio a confusão no Plano Diretor –, ele diz que

todo mundo que operar depois da meia-noite é considerado casa noturna. Essa é a primeira dificuldade, porque de casa noturna é exigido o EVU; e, quando vai se exigir EVU, tem que ter local de estacionamento, tem que atender uma série de exigências que a lei faz, o que torna difícil. Essa é uma questão.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só queria concordar com o senhor, porque foi questionado aqui, para dar um exemplo, o Barranco, e como ele funciona depois da meia-noite, ele é considerado uma casa noturna. Ele não é só considerado um restaurante, porque funciona depois da meia-noite, é isso que estou querendo dizer. Obrigado.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Então, isso tem que mudar, e nós temos que assumir com vocês um compromisso de, juntos, mudarmos isso o quanto antes. A segunda questão, também não é totalmente verdade, às vezes, o que vem do outro lado, a Prefeitura Municipal dispõe de um sistema de consulta prévia. Esse sistema diz ao empreendedor o que ele pode construir naqueles determinados bairros da cidade. O problema da Cidade Baixa nasceu numa garagem, que era uma distribuidora de água mineral, que ficava na esquina da Rua da República com a Rua João Alfredo. Aí ele pega um alvará de água mineral, sem ter extintor de incêndio, sem ter absolutamente nada – quebrou o Ossip, perguntem ao Ossip –, e começa a vender cerveja em copo; aí enche de gente na frente, trabalha até as seis da manhã – o que são essas pessoas? Não é o caso de vocês, porque são bons empresários, mas o mau empresário faz: ele conta com a omissão da municipalidade, ele trabalha um, dois anos; ele fatura 200, 250 mil, até o dia em que a Prefeitura vai lá e fecha. Aí ele já infernizou a vida de todo mundo, ele já quase causou – não causou por uma felicidade – uma tragédia e a Prefeitura não fiscalizava nunca!

Dizer que tem burocracia, é verdade, mas tem problema dos dois lados, porque tem gente que conta com a inoperância e com a falta de fiscalização para fazer negócios que não são corretos! Eu dou um exemplo: havia uma tabacaria na Rua da República quase esquina com a Rua Lima e Silva, aí ele viu que o negócio estava bom, que tinha aquele agito todo à noite, e o cara começou a vender uísque fracionado – mas não é o alvará dele e nem a natureza dele. E ele não pode ficar aberto até uma, duas da manhã,

pág. 38

vendendo uísque fracionado, mas ele enxergou uma perspectiva de negócio. Então, é o seguinte: ele tem que ser bar, ele vai tirar o alvará de bar; ele tem que ser casa noturna, com todas as exigências da casa noturna, vai tirar o alvará de casa noturna! Isso é uma outra discussão que eu acho oportuníssima ser trazida agora! Mas quero dizer, por último, o seguinte: as interdições que foram feitas quando eu fui Secretário, sempre foram – eu e o Ferri Júnior, que continua até hoje, está aqui o Kandrik – dialogadas. Mais do que isso, nós temos o Grupo de Trabalho, quando a Ver.^a Fernanda pediu para que colocasse o representante dos músicos, nós colocamos, mas, mesmo assim, pegaram um documento que a Secretaria do Planejamento tinha trazido, que era uma minuta de uma proposta, e espalharam como se verdade fosse. Então, teve muita coisa ruim naquele processo, teve muita invenção naquele processo. E o que eu quero, o que eu desejo, desde então, é que a verdade sempre prevaleça, porque não há uma interdição do dia para a noite – estão aqui os empresários e sabem. Primeiro, há uma notificação; depois, há prazo para a defesa; depois, há uma segunda notificação; depois, há um aviso de interdição, e, para tudo isso, há defesa. E, de todos os estabelecimentos – corrija-me, Érguer, se eu estiver errado – que, infelizmente, foram interditados, de alguns deles, há dois anos a Prefeitura cobrava regularização, cobrava acessibilidade para cadeirante, cobrava extintor de incêndio, cobrava alvará da vigilância sanitária, para quem trabalha com...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Eu concluo. Então, por mais que digam, não houve arbitrariedade. Tudo foi feito com o devido processo legal. Podem uns gostar, outros não, mas tudo foi feito dentro do mais absoluto e devido processo legal, e com conversa, com diálogo. Criamos um grupo de trabalho, trabalhamos exaustivamente, e assim eu acho que tem que ser, Sr. Presidente. Agora, quando nós formos trabalhar na alteração do Plano Diretor, para distinguir o que é tabacaria, o que é bar, o que é pizzaria, o que é restaurante, o que é casa noturna, acho que restaurante pode, tranquilamente, trabalhar até às 3h da manhã, se quiser. Tranquilo, bar pode trabalhar também. São essas as questões que nós precisamos, e eu sou parceiro para isto: trabalhar na definição. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13, por cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Vereadoras, Vereadores, Ver. Pedro Ruas, agradeço a cedência do tempo. Hoje nós estamos solidários aqui, não é Ver. Idenir Cecchim? Um cede o tempo para o outro, um fala no tempo do outro; essa é a democracia desta Casa, com que a Ver.^a Séfora Mota nos presenteou no dia de hoje, com esse projeto tão discutido nesta Casa. É um projeto que eu acho que nasce para termos uma discussão mais a fundo nesta Casa, Ver. Brasinha, de um setor que vem sendo sacrificado. Há muito tempo, o setor de bares e restaurantes da nossa Cidade vem sofrendo o que os grandes empreendimentos não sofrem, as fiscalizações diárias e periódicas. Todas as leis que surgem imediatamente são implementadas nesse setor, normas da Secretaria de Saúde, normas que são implementadas, uma hora é um tipo de embalagem, depois é outro, e esse setor é o único que vemos na questão da segurança pública.

Ontem, eu estava na cidade de Pelotas e fui surpreendido barbaramente por um grande investimento que a cidade, este mês, comemora. Há muito tempo, a cidade de Pelotas sonhava com um shopping center, Prefeito Villela, inaugurou-o, e, por incrível que pareça, a Câmara de Vereadores de Pelotas viu que o seu shopping não tinha o PPCI, não tinha algo que preocupa a todos nós e que levou a Ver.^a Séfora a fazer este projeto. Eu mesmo tenho um projeto que tramita nesta Casa, que é o selo casa segura, que obriga a Prefeitura, no momento da liberação do alvará, a incluir o nome do fiscal, do bombeiro, identificar na porta da casa todas as pessoas responsáveis que autorizaram o seu funcionamento. Vários outros projetos também tramitam nesta Casa. Agora, nós temos que definir, esta Casa com o Executivo, o que é o quê. Nós temos bares cadastrados como boate, como casa noturna; restaurantes cadastrados como casas que abrem a madrugada toda.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero contribuir, e cumprimentá-lo, mas hoje já existe a assinatura nos alvarás. O Secretário coloca o seu nome, o chefe do licenciamento coloca o seu nome, os responsáveis estão ali. Por isso que é importante, e por isso que um Secretário tem que ter cuidado, porque

se ele não fiscalizar a lei, ele é o responsável. Se uma casa incendeia e ela não estiver em condições, é o Secretário, não um Vereador. Não sou eu, hoje, como Vereador ou o senhor, é o Secretário que está lá. Hoje, no caso, o Secretário Goulart. Se amanhã, Deus nos livre, incendiar uma casa e esta casa não estiver devidamente fiscalizada, é o Secretário que vai pagar. Portanto, já está no alvará essa informação, e os responsáveis são o chefe do licenciamento e o Secretário. Obrigado.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sim, Ver. Valter. Nós queremos é que isso esteja disponível na entrada da casa. A Procempa já desenvolveu um chip que a pessoa acessa e vê quem foram as pessoas que deram, para não acontecer o que aconteceu em Santa Maria, que levaram três meses somente para descobrir quem tinha dado os alvarás. Queremos que fique ali, disponível para as pessoas.

Mas eu acho que este projeto chega a um consenso, me parece, de 600 pessoas, de a sociedade ser ouvida, de os donos de casas serem ouvidos, porque, na verdade, nós estamos falando aqui dos pequenos empreendedores, das pessoas que mais sofrem neste Município, que geram centenas de empregos e que, novamente, serão punidas.

Esta Casa chega a um consenso, constrói um consenso, aprovando o projeto da Ver.^a Séfora, com 600 pessoas, aprovando as duas emendas da Ver.^a Fernanda Melchionna, mas voltamos a afirmar: o que é necessário é um projeto construído por esta Casa, junto com as partes, com o Executivo, que defina, de fato, o que são os empreendedores de Porto Alegre, o tamanho das casas e as atividades das casas de Porto Alegre, que não podem mais viver com uma lei genérica.

Com força, fé e solidariedade, vamos seguir lutando pela geração de emprego e renda.
(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 037/13.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha até agora na Sessão, quero dizer que relutei bastante para vir a esta

tribuna, porque o assunto, Ver. Paulinho, foi amplamente debatido e realmente me gerou muita dúvida em vários momentos.

Eu disse para a Ver.^a Séfora que, quando ela protocolou o projeto, eu, de pronto, tinha uma sensação favorável ao projeto, porque sou favorável a tudo a que vem no sentido de melhorar a segurança, principalmente depois daquele incidente terrível lá na boate Kiss em Santa Maria. Mas o debate foi acontecendo. O debate foi acontecendo e eu, normalmente na sexta-feira à tarde, deixo para visitar as comunidades, fico fora do meu gabinete. E, casualmente, na tarde de sexta retrasada, o sindicato realmente passou no meu gabinete. Agora, passou no meu gabinete, como estava passando em todos os gabinetes da Câmara, Ver. Cláudio Janta. E eu ouvi os argumentos do Sindpoa em relação ao que eles entendiam como interferência na administração, interferência na gestão e entendi que o processo precisava de um tanto mais de discussão. Acho que tem muito mérito este processo, porque foi exaustivamente debatido. A questão de segurança logicamente não vai ser resolvida com este projeto. Até acho que este projeto, como bem disse a Ver.^a Any Ortiz, está muito mais relacionado à questão do consumidor do que à questão da segurança. E acho que a questão da segurança, mais do que falta de legislação, logicamente muitas vezes o que ocorre é o descumprimento da legislação, não pela maioria; mas o descumprimento da legislação por aqueles irresponsáveis que teimam em colocar a vida das pessoas em risco. Quero encaminhar, aqui, depois de uma ampla discussão, depois de muito debate, que se chegou a um número que se pudesse não chamar de consenso, mas um número razoável, que já foi aqui defendido por outros que me antecederam, que nós possamos aprovar o projeto e encaminhar também a aprovação da emenda que limita a aplicação da lei a estabelecimentos que recebam mais de 600 pessoas. Achamos que é um número razoável, esses estabelecimentos são já de um porte maior, ressalvados, logicamente, em função da legislação, os pubs, bares e restaurantes, vinculados apenas àquelas casas que tenham realmente vinculação com danceterias ou casas noturnas propriamente ditas.

O Sr. Mario Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Vereador. É só para aproveitar o seu discurso, Ver. Cassio, porque às 16h, quando eu falei que eu estava em dúvida em relação ao projeto, sobre como eu iria votar, parecia

que era só eu. Agora, vejo que havia mais um Vereador em dúvida também. Obrigado, Vereador.

O SR. CASSIO TROGILDO: Por isso mesmo, Ver. Mario Fraga, que aguardei até agora para me manifestar, porque realmente o processo foi bastante debatido e eu não quis vir aqui enquanto não tivesse uma posição bem formada.

Então, encaminho pela aprovação do projeto, cumprimentando a Ver.^a Séfora, e que nós possamos votar a emenda que limita a aplicação para lugares que comportem 600 pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Como não há mais Vereadores inscritos, eu convido, antes de encerrar a discussão, as lideranças a se aproximarem da Mesa para que possamos acordar os nossos próximos passos. (Pausa.) Encerrada a discussão. Sem acordo.

Em discussão a Emenda nº 04, destacada, ao PLL nº 037/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, nós ficamos a tarde inteira aqui, não em vão, trabalhando; inclusive as pessoas das galerias, que são interessados, são parte do processo. Nesta Casa, sempre achei que a negociação sempre foi... Não podemos também fazer leilão, isso fica até ruim para a Câmara Municipal de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vereador, quem sabe o senhor encaminha?

O SR. NEREU D'AVILA: Estou fazendo uma proposta que é definitiva, por isso peço vênha de V. Exa. Os números são realmente competitivos, mas, numa negociação, têm que ceder alguns. O sindicato até que não concordava com 600, ele estava com 700, mas a autora e o Vereador-Líder do PTB foi para a tribuna para dizer que era de 600. A tendência realista, depois de todo esse tempo aqui, é a de 600. O Ver. Cecchim, que a

apresentou, teve e ética e a gentileza de dizer... como eu apresentei emenda anteriormente, ele se propôs a ceder para mim a primeira assinatura. Mas isso não é importante, aqui não tem herói, vai ser aprovado se todos votarem, ou pelo menos a maioria.

Finalmente o que quero dizer é o seguinte: se tem que ceder, cedemos, então o número que vai fechar, pelo que ouvi da autora e da própria oposição, pela voz do Ver. Comassetto, é 600, então o sindicato, que também é parte... Nós não podemos fazer acordo aqui só os Vereadores, e eles, que também estão lutando há tempo e são parte interessada, não terem participação no acordo. Isso eu estou pensando, e, se os outros não pensam, problema dos outros. Como eles cederam para 600, neste momento o número mágico é 600. Então estou retirando a minha de mil, e, pelo que ouvi dos outros, retiram, e fica a de 600, e está fechado o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Nereu, art. 173, inciso 5º – o senhor pode inclusive encaminhar no sentido de os Vereadores rejeitarem a emenda – (Lê.): “§ 5º Encerrada a discussão, não caberá: a) retirada da proposição principal, de substitutivo e de emendas”.

O SR. NEREU D’AVILA: Mas então, Presidente, é muito simples: derrotamos as emendas que não sejam de seiscentos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Isso, então está.

O SR. NEREU D’AVILA: Se é um acordo, é um acordo. Eu espero que, pelo menos, se cumpra o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Perfeito.

O SR. IDENIR CECCHIM: Por questão de justiça, eu quero dizer que o Ver. Nereu D’Avila, que apresentou a primeira emenda, seja o primeiro a postar a assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Feito o registro.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, eu quero justificar. Eu não gosto de emenda, mas, se é para o bem da Cidade, para o bem de todo mundo, eu vou votar na emenda de 600 e pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Feito o registro.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, se é para dizer se concordo ou não, eu concordo com os 600 e quero votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vamos à votação.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro. Eu fui à tribuna, fiz uma sustentação no sentido de ser contra o projeto de lei. Agora, se o sindicato, que é a parte interessada, dá acordo, então eu preciso mudar a minha posição e acompanhar o projeto da Ver.^a Sefora.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Perfeito.

Eu peço atenção na votação da Emenda.

Em discussão a Emenda nº 06, destacada, ao PLL nº 037/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**.

Em discussão a Emenda nº 07, destacada, ao PLL nº 037/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação nominal, solicitada por esta presidência. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em discussão a Emenda nº 08, destacada, ao PLL nº 037/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta presidência. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em discussão a Emenda nº 09, destacada, ao PLL nº 037/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 037/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** com o voto contrário do Ver. João Carlos Nedel.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 03 ao PLL nº 037/13. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO.**

Em votação a Emenda nº 05 ao PLL nº 037/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 037/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** com o voto contrário do Ver. Mario Manfro. (Palmas.)

Apregoo (Lê.): “Eleição para 1ª Vice-Presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre. Considerando as disposições legais e regimentais respectivas, existe a necessidade de procedermos à eleição para o cargo de 1º Vice-Presidente desta Casa em razão da reopção partidária do Ver. Bernardino Vendruscolo. No entanto, as mesmas normas facultam a possibilidade de reeleição do ocupante do cargo, razão pela qual esta Presidência e esta Mesa indicam o Ver. Bernardino Vendruscolo para permanecer à frente da 1ª Vice-Presidência deste Legislativo”. Em razão do disposto no Regimento da Casa, que requer votação nominal para a eleição dos cargos da Mesa, passo a palavra ao Secretário para que ele colha os votos para a eleição do 1º Vice-Presidente da Casa, em que o único candidato é o Ver. Bernardino Vendruscolo. O cargo está vago e nós estamos indicando à Mesa o Ver. Bernardino Vendruscolo.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Mario Manfro): (Procede à chamada nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**. O Ver. Bernardino Vendruscolo foi reeleito Vice-Presidente desta Casa. (Palmas.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, eu queria lembrar a todos vocês que a partir das 21h50min, hoje, haverá dois espetáculos que podem mudar o andamento da Cidade na próxima semana. Então, quero desejar boa sorte aos colorados, e uma grande vitória do Grêmio aqui, para, na próxima semana, nós termos um Gre-Nal aqui.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, o senhor sabe que essa vaga é do PSD. E o PSD cedeu esses três meses que faltam ao Ver. Bernardino Vendruscolo, que eu tenho como amigo e irmão. Parabéns, Ver. Bernardino Vendruscolo, pelo belíssimo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero agradecer a colocação do Ver. Tarciso e fazer também uma outra constatação, que, na medida em que nós temos uma reestruturação das forças, há que se readequar todo esse processo. Então, em função da proporcionalidade, essas Bancadas têm que ser contempladas, sem dúvida nenhuma. Por justiça, tenho que fazer essa constatação. De alguma forma, na composição da Mesa e das presidências das Comissões, essas novas Bancadas têm que ser contempladas. Faço essa constatação.

(19h57min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

Não havendo inscritos, passamos à

PAUTA

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
102ª Sessão Ordinária 23OUT2013

Visivelmente, não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h58min.)